



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Av. Presidente Dutra, 1889 - Bairro Baixa da União - CEP 76801-976 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0002462-96.2022.6.22.8000.

INTERESSADO: Seção de Administração Predial - SEAP.

ASSUNTO: Definição da modalidade de licitação e análise do Termo de Referência – Contratação de **serviços terceirizados de limpeza e conservação para os prédios do TRE/RO** - Fórum Eleitoral, Anexo III (Seção de Transportes) e Prédio Sede - todos no município de Porto Velho – Análise.

PARECER JURÍDICO Nº 63 / 2023 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC

I – RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo instaurado pela Seção de Administração Predial (SEAP) com objetivo de abrigar a tramitação dos atos necessários à contratação de empresa especializada na prestação de serviços terceirizados de limpeza e conservação para os prédios do TRE/RO, Fórum Eleitoral, Anexo III (Seção de Transportes) e Prédio Sede, todos no município de Porto Velho, considerando que o atual contrato tem vigência até a data de **09/07/2023**, consoante Termo de Abertura ([0884120](#)).

02. No **Documento de Formalização da Demanda** ([0884121](#)), redigido em conformidade com o **Anexo II da IN SEGES/MPDG n. 05/2014**, a unidade demandante justificou que: *"Atualmente está em vigor o Contrato n. 11/2018,*



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

firmado com a empresa E. R. P. DE OLIVEIRA & CIA LTDA (Processo SEI n. [0000010-55.2018.6.22.8000](#)), cuja vigência terminará em 09/07/2023. O aludido contrato tem como objeto a prestação de serviços de limpeza, conservação e higienização em edificações, sem fornecimento de materiais, contratado por postos de trabalho, nas unidades da Justiça Eleitoral nesta capital."

03. Por meio do Despacho n. 2131/2022 ([0884239](#)), o titular da SAOFC autorizou o pedido para elaboração do Estudo Técnico Preliminar, do Termo de Referência/Projeto Básico e da Informação Conclusiva do Valor Estimado para esta licitação, manifestou-se favorável quanto a composição da **equipe de planejamento da contratação**, conforme minuta de portaria ([0884123](#)) e encaminhou os autos à Diretoria-Geral para expedição da portaria, sendo expedida a **Portaria n. 259/2022 – PRES/DG/GABDG** ([0884123](#) e [0887228](#)), instituindo-a e designando os membros da referida equipe para definição de aspectos da contratação citada.

04. Assim, vieram ao processo:

I - a versão definitiva do **Estudo Técnico Preliminar n. 5/2023 - SEAP** ([0984570](#)), no qual a Equipe de Planejamento da Contratação registra que a **solução apontada é a alternativa mais viável**, consistente na "(...) *contratação de empresa especializada que, disponibilize mão de obra para tal, terceirizando assim tais atividades, meramente acessórias e não ligadas diretamente à atividade fim do órgão. A experiência do TRE/RO com contratações anteriores similares à pretendida tem mostrado ser a solução adequada para suprir a necessidade. Esse tipo de contratação é também a solução adotada por inúmeros órgãos da Administração Pública.*"

O ETP dimensiona a vigência inicial do contrato em 30 (trinta) meses, com início previsto para 10/07/2023, podendo ser prorrogável até o limite legal.

II - **Análise de Riscos** ([0984700](#)), documento que lista riscos da fase de planejamento da contratação, seleção do fornecedor e da execução do contrato;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

III - a versão final da **Informação Conclusiva sobre o Valor Estimado da Licitação** ([0984571](#)), no valor de **R\$ 2.171.907,40** (dois milhões, cento e setenta e um mil novecentos e sete reais e quarenta centavos);

IV - a versão final do **Termo de Referência n. 4/2022 - SEAP** ([0990772](#)), com as condições da contratação, complementada pelos seguintes anexos, além dos já indicados acima:

- i. Modelo de Proposta ([0984582](#));
- ii. Resolução CNJ nº 169/2013 ([0984590](#));
- iii. Resolução TSE n. 23.702/2022 ([0984593](#));
- iv. Convenção coletiva SINTELPES/RO X SEAC/RO 2023 ([0971988](#)).
- v. Estudo sobre a composição dos Custos limites para serviços de Limpeza ([0984086](#));
- vi. Instrução Normativa nº 05/2017 ([0974134](#));
- vii. Memorial descritivo das áreas dos ambientes de trabalho ([0983965](#));
- viii. Pesquisa de Mercado dos Insumos ([0976502](#));
- ix. Guia de Fiscalização Técnica e Administrativa – Anexo VIII da IN 05/2017 SEGES/MPDG ([0984614](#));
- x. Pesquisa de preço dos insumos (Evento [0863808](#));
- xi. Modelo de Planilhas de Custos e Formação de Preços ([0986995](#));
- xii. Termo de Confidencialidade ([0966880](#));
- xiii. Caderno de Especificações Técnicas ([0990770](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

05. Por meio do Despacho n. 531/2023 ([0987043](#)), o titular da SAOFC determinou o envio do processo à **SAC** para análise dos documentos da etapa de planejamento, à **COFC** para programação orçamentária, à **SECONT** para elaboração da minuta de instrumento contratual e a esta unidade para análise e emissão de parecer jurídico.

06. Verifica-se que a SAC solicitou diligências ([0989817](#)) à versão anterior do TR n. 2/2023 ([0987005](#)), que originou a versão final, agora no TR. n. 4/2023 ([0990772](#)) complementado, ainda, pela informação que consta do evento n. [0990905](#), na qual a SEAP **retifica** que o **valor ofertado na proposta deverá representar o valor global da prestação dos serviços por 30 meses**, e não 24 meses como registrado, por erro material, no Termo de Referência.

07. Por fim, a SAC analisou o novo TR e conclui por sua regularidade ([0990925](#)), nos seguintes termos:

4 - CONCLUSÃO: Da análise acima exposta, conclui-se que o **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 4/2023 - PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEAP**, evento ([0990772](#)) - complementado pela pesquisa de preços e demais elementos ao processo - encontra-se em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelo disposto no inciso II do artigo 3º da Lei n. 10.520/2002, art. 3º, XI do Decreto Federal n. 10.024/2019, e ainda, às disposições da Instrução Normativa TRE-RO n. 004/2008.

08. Após a indicação das fontes orçamentárias, o titular da SAOFC enviou o processo à COFC para programação ([0992399](#)). Realizado o ajuste no planejamento orçamentário ([0993035](#)), o Coordenador da COFC autorizou a programação da despesa ([0993039](#)), vindo assim ao processo a programação orçamentária da despesa para o exercício de 2023, oportunidade em que a SPOF registrou: *"Em cumprimento ao disposto no art. 16, II, c/c o § 4º, I do mesmo art., ambos da LC nº 101/2000 – LRF, informa-se que a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro."*

09. Dessa forma instruído, aportou o processo para análise desta unidade jurídica. **É o necessário relato.**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

II – CONSIDERAÇÕES INICIAIS

10. Inicialmente, convém ressaltar que este parecer utiliza como base os elementos que constam nestes autos (0002462-96.2022.6.22.8000) até a presente data. Ressalte-se que, conforme art. 58-A, inciso I c/c XI, do Regimento Interno do Corpo Administrativo do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, com redação dada pelo Resolução TRE-RO n. 11/2022 - e demais atos normativos regulamentadores das atividades dos Assessores Jurídicos - é responsabilidade desta Assessoria prestar consultoria jurídica, de forma imparcial, aos atos praticados no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – TRE-RO.

11. O presente parecer se restringirá aos aspectos jurídicos, com base nas peças constantes dos autos, não adentrando no mérito técnico e administrativo, salvo patente ilegalidade. Isso não significa, porém, que não poderão ser tecidas considerações e recomendações a respeito da motivação dos atos para melhor embasá-los. A manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados.

12. De outro lado, cabe esclarecer que, via de regra, não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos. Incumbe, isto sim, a cada um destes observar se os seus atos estão dentro do seu espectro de competências.

III – ANÁLISE JÚRIDICA

3.1 PRELIMINAMENTE: Da possibilidade de adoção do regime jurídico da Lei n. 10.520/2002 (Lei do Pregão) e da Lei n. 8.666/93 para a contratação pretendida.

13. A unidade demandante formatou o termo de referência da contratação **pelas regras da Lei n. 10.520/2002 (Lei do Pregão) com aplicação subsidiária da Lei n. 8.666/93**, como registrado no Capítulo 1 do TR. Como sabido, os dois textos normativos estão vigentes até o decurso do prazo de dois anos após a publicação do novo regime instituído pela **Lei n.**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

14.133, de 1º de abril de 2021, o que significa dizer que estão em vigor até 1º de abril de 2023, nos termos do **artigo 191 c/c 193 da Lei n. 14.133/2021**.

14. Por certo, às portas do novo regime, discute-se, a partir de quando - ou de qual ato - as contratações possam ser processadas pelos regimes que serão revogados definitivamente em 1º/04/2023 ou, de outro lado, que devam, necessariamente ser submetidas ao novo regime da Lei n. 14.133/2021.

15. Na tentativa de uniformizar o procedimento neste período de transição, a Secretaria de Gestão, órgão central do Sistema de Serviços Gerais (Sisg), expediu o **Comunicado n. 13, de 31/12/2022** - que tratou da transição entre a Lei nº 14.133, de 2021, e as Leis nº 8.666, de 1993, nº 10.520, de 2002, e os arts. 1º a 47-A da Lei nº 12.462, de 2011 - e **ratificou** a anterior orientação contida no **Comunicado SEGES n. 10/22**, que anunciou que o Sistema de Compras do Governo Federal, a contar do dia 31 de março de 2023, estará configurado para receptionar **somente as licitações e contratações diretas à luz da Lei nº 14.133, de 2021 (e demais leis específicas)**, considerando o exaurimento temporal da eficácia jurídica-normativa das Leis nº 8.666, de 1993, nº 10.520, de 2002, e os arts. 1º a 47-A da Lei nº 12.462, de 2011. Tal entendimento repousa, *s.m.j.*, em **estrita consonância com a jurisprudência do Tribunal de Contas da União, quando da transição afeta à Lei das Estatais**.

16. Ocorre que, no mês em curso, foi editada a **Portaria SEGES/MGI Nº 720, de 15 de março de 2023**, que **temperou** a regra do referido Comunicado n. 13, possibilitando a publicação até **1º de abril de 2024** dos atos, inclusive de editais - oriundos dos processos licitatórios e contratações autuados e que **forem instruídos até 31 de março de 2023, com a opção expressa nos fundamentos** das Leis nº 8.666/93 e 10.520/2002. Veja-se:

Art. 2º Os processos licitatórios e contratações autuados e que forem instruídos até 31 de março de 2023, com a opção expressa nos fundamentos das Leis nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e dos artigos 1º a 47-A da Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, inclusive os derivados do sistema de registro de preços, serão por elas regidas, desde que as respectivas publicações ocorram até 1º de abril de 2024, conforme cronograma constante no Anexo.

§ 1º A opção por licitar com fundamento na legislação a que se refere o caput deverá constar expressamente na fase preparatória da contratação e ser autorizada pela autoridade competente até o dia 31 de março de 2023.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

§ 2º Os contratos ou instrumentos equivalentes e as atas de registro de preços firmados em decorrência da aplicação do disposto no caput persistirão regidos pela norma que fundamentou a respectiva contratação, ao longo de suas vigências.

17. Neste Tribunal, após discussão do tema no âmbito da SAOFC, as unidades foram orientadas que a expressa "*processo instruído*" deveria ser entendida como **autorizado pela autoridade competente**, no caso a Diretoria Geral.

18. Nesse cenário já um pouco conturbado, na data de 22/03/23, por meio do **Acórdão TCU n. 507/2023, o Plenário do Tribunal de Contas da União** concluiu sua análise acerca do prazo das regras de transição entre a Lei 8.666/1993 e a Lei 14.133/2021, considerando a jurisprudência daquele Tribunal e os termos do Parecer AGU n. 2/2022. da AGU. Nese recentíssimo julgado, a Corte de Contas pacificou o entendimento no sentido de que os processos licitatórios e os de contratação direta **nos quais houve a “opção por licitar ou contratar” pelo regime antigo** (Lei 8.666/1993, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011) **até a data de 31/3/2023** poderão ter seus procedimentos continuados com fulcro na legislação pretérita, desde que a publicação do Edital seja materializada até 31/12/2023.

19. Definiu ainda que os processos que não se enquadrarem nas diretrizes estabelecidas na opção, deverão observar com exclusividade os comandos contidos na Lei 14.133/21 e que a expressão legal "*opção por licitar ou contratar*" **contempla a manifestação pela autoridade competente que opte expressamente pela aplicação do regime licitatório anterior** (Lei nº 8.666/1993, Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 12.462/2011), ainda na fase interna, em processo administrativo já instaurado.

20. Por fim, determinou à Secretaria de Gestão e Inovação (Seges) do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), que proceda aos devidos ajustes de sua Portaria 720/2023, nos termos da fixação de entendimento deste acórdão. Veja-se:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

9.2.1. os processos licitatórios e os de contratação direta nos quais houve a “opção por licitar ou contratar” pelo regime antigo (Lei 8.666/1993, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011) até a data de 31/3/2023 poderão ter seus procedimentos continuados com fulcro na legislação pretérita, desde que a publicação do Edital seja materializada até 31/12/2023;

9.2.2. os processos que não se enquadrarem nas diretrizes estabelecidas no subitem anterior deverão observar com exclusividade os comandos contidos na Lei 14.133/21; 9.2.3. a expressão legal “opção por licitar ou contratar” contempla a manifestação pela autoridade competente que opte expressamente pela aplicação do regime licitatório anterior (Lei nº 8.666/1993, Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 12.462/2011), ainda na fase interna, em processo administrativo já instaurado.

9.3. determinar à Secretaria de Gestão e Inovação (Seges) do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), com fundamento no art. 250, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, que proceda aos devidos ajustes de sua Portaria 720/2023, nos termos da fixação de entendimento deste acórdão; e

(...)

21. Como visto, por meio do referido acórdão, o TCU determinou à SEGES a alteração das regras da **Portaria SEGES/MGI Nº 720, de 15 de março de 2023** para adequá-la ao prazo final que será permitida a publicação de atos derivados dos regimes que serão revogados a partir de 1º/04/2023.

22. Assim, em função das orientações da SEGES e, sobretudo, dos comandos do **ACÓRDÃO Nº 507/2023 – TCU – Plenário**, esta Assessoria Jurídica **orienta** à autoridade administrativa competente que, quando da deliberação acerca da aplicação dos regimes da Lei 10.520/2002 e da Lei n. 8.666/93 a esta contratação, registre, de forma expressa, a opção do regime que a contratação poderá ter seu procedimento continuado com fulcro na legislação pretérita, desde que a publicação do edital seja materializada até 31/12/2023.

3.2 Do objeto e da adoção da modalidade do Pregão eletrônico



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

23. Os requisitos a serem observados na fase preparatória da licitação na modalidade pregão em sua forma eletrônica foram estabelecidos no art. 3º da Lei n. 10.520/2002 c/c no inciso XI do art. 3º do Decreto Federal n. 10.024/19. Destaca-se que no caso em análise tem-se ainda as regras da Instrução Normativa SEGES/MPDG n. 5/2017.

24. Em vista do que disciplinam os referidos artigos, a aprovação dos Termos de Referência é de competência exclusiva da Autoridade competente, de acordo com inciso II, do artigo 14 do Decreto n. 10.024/2019. Cabendo então às Assessorias Jurídicas da Administração o exame e aprovação das minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes, consoante parágrafo único do art. 38 da Lei n. 8.666/93.

25. Porém, pelo comando do artigo 11 da Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008, forçosa a análise do Termo de Referência n. 04/2022-SEAP ([0990772](#)), por esta Assessoria Jurídica, não obstante a análise de conformidade realizada pela SAC ([0990925](#)). Não é despidendo registrar que a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, prevê expressamente a atuação do órgão/unidade de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação (**art. 53, caput da Lei n. 14.133/2021**).

26. De acordo com o referido **art. 3º, XI, 1, do Decreto Federal n. 10.024/19**, na definição do objeto contratual e dos métodos para a sua execução, são vedadas especificações excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, que limitem ou frustrem a competição ou a realização do certame, condição necessária para aferição da licitude da competição. Quanto a esse requisito, verifica-se que a unidade demandante registrou de forma clara o objeto da contratação no capítulo 3 do TR, indicando, também, as diversas especificações complementares para a execução dos serviços, listadas nos itens 3.2 a 3.14.

27. Quanto à definição da modalidade de licitação, o Tribunal de Contas da União, considerando o uso de Pregão Eletrônico, assim prescreve:

Acórdão 2172/2008 Plenário (Sumário) - A utilização da modalidade pregão é possível, nos termos da Lei nº 10.520/2002, sempre que o objeto da contratação for padronizável e disponível no mercado, independentemente de sua complexidade.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Acórdão 265/2010 Plenário - Utilize obrigatoriamente a modalidade pregão para aquisição e/ou contratação de bens e serviços comuns, ou seja, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, conforme regra insita no art. 1º, parágrafo único, da Lei nº 10.520/2002, incluindo nessas características os bens e serviços de TI.

(...)

28. O Manual de Licitações & Contratos do Tribunal de Contas da União – 4ª edição assim estabelece:

Bens e serviços comuns são produtos cuja escolha deve ser feita com base somente nos preços ofertados, por serem comparáveis entre si e não necessitarem de avaliação minuciosa.

(...)

Bens ou serviço será comum quando for possível estabelecer, para efeito de julgamento da proposta, por intermédio de especificações utilizadas no mercado, padrões de qualidade e desempenho peculiares ao objeto. O estabelecimento desses padrões permite ao agente público analisar, medir ou comparar os produtos entre si e decidir pelo melhor preço.

29. Como visto, a utilização da via do pregão eletrônico está condicionada às demandas constituídas por objetos comuns, requisito definido pelo parágrafo único do artigo 1º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, veja-se:

(...)

Parágrafo único. Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

30. Na mesma linha é a redação do novel Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, que, de igual forma, também traz sua definição para “bens e serviços comuns”, na qual apenas acresceu a característica de reconhecibilidade das especificações pelo mercado, veja-se:

Definições



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Art. 3º Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:

(...)

II - bens e serviços comuns - bens cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado;

31. No caso em tela, os serviços pretendidos estão definidos e detalhados de forma objetiva, a juízo da unidade demandante, por meio das especificações constantes no capítulo 3 do TR, indicando com clareza os padrões de qualidade exigidas pela Administração para sua execução. Por sua vez, o enquadramento do objeto como "comum" é apontado pela unidade autora – conhecedora das especificidades dos serviços que se pretende contratar - no **item 5.1.1 do TR** quando descreve o enquadramento dos serviços, e neste mesmo capítulo indica que o certame licitatório deverá ocorrer por meio de pregão eletrônico.

32. Na forma do **Acórdão TCU n. 817/2005-Primeira Câmara**, é mesma faculdade do Administrador aferir se o objeto a ser contratado possui enquadramento de "bem ou serviço de uso comum", apreciando o caso concreto mediante a existência de circunstâncias objetivas constantes da fase interna do procedimento licitatório. Até porque, apenas escapa dessa classificação as obras e os bens e serviços especiais que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade técnica, não podem ser considerados comuns, na redação do **Decreto n. 10.024/2019**.

33. Nesses termos, tem-se que o valor estimado da contratação de **R\$ 2.171.907,40** (dois milhões, cento e setenta e um mil novecentos e sete reais e quarenta centavos), extrapola a situação de dispensa legal e, tratando-se de **serviços comuns**, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser **objetivamente** definidos pelo edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado (**inciso II do art. 3º do Decreto Federal n. 10.024/19**) - o que se vislumbra no caso em exame - tem-se como imperiosa a adoção da modalidade de **Pregão, em sua forma eletrônica**, em cumprimento ao **art. 1º da Lei n. 10.520/2002 e § 1º do art. 21 do Decreto n. 10.024/2019, salvo** comprovada inviabilidade de sua utilização,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

devidamente justificada pela autoridade nos autos, na forma preconizada pelo **art. 1º, § 4º, do Decreto n. 10.024/2019** (situação que não foi noticiada neste processo).

34. Reitera-se a possibilidade de adoção do regime jurídico instituído pela Lei do Pregão - assim como da aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 - desde que observadas os requisitos apontado na Seção 3.1 deste parecer.

35. O edital de licitação - caso aprovada a pretensão pela autoridade superior - deve estabelecer o tipo de licitação, em conformidade com o que determina o **art. 4º, X, da Lei n. 10.520/2002** para a contratação do objeto pretendido, o qual deverá ser dar pelo **menor preço global para o lote único**, conforme os critérios de aceitação da proposta padronizados no edital do futuro certame.

3.3. Do agrupamento do serviço em lote único

36. Nenhum reparo ao **agrupamento dos postos de serviços em item único, à luz da justificação contida no item 3.3 do TR.** Tal procedimento se encontra amparado em reiteradas decisões do TCU, *vg*, nos **Acórdão nº 5.260/2011 - 1ª Câmara e 861/2013 – Plenário**, os quais, sem afastar a aplicação da **Súmula 247 do TCU**, definem a licitude dos agrupamentos em lotes de itens a serem adquiridos por meio de pregão, **desde que possuam mesma natureza e que guardem relação entre si.**

37. Nesse caso a unidade solicitante SEAP, justifica o agrupamento dos postos nessa medida:

3.3 - A contratação ora pleiteada é de apenas um item, conforme quadro abaixo:

...

O agrupamento em um único item propiciará à Administração uma significativa redução do número de contratos a serem geridos, diminuindo, dessa forma, o custo administrativo de todo o processo de contratação e maximizando a eficiência da gestão dos recursos públicos.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Tal diretiva vai também ao encontro de entendimentos recentes do TCU, que ao proferir o Acórdão TCU 861/2013 – Plenário, no qual a Relatora, Ministra Ana Arraes, sustentou os seguintes argumentos para o agrupamento de itens em lotes:

“lidar com um único fornecedor diminui o custo administrativo de gerenciamento de todo o processo de contratação: fornecimento, vida útil do móvel e garantias dos produtos”. E mais: “O aumento da eficiência administrativa do setor público passa pela otimização do gerenciamento de seus contratos de fornecimento. Essa eficiência administrativa também é de estatura constitucional e deve ser buscada pela administração pública”

Desta forma, o próprio TCU reconhece que o loteamento de itens é perfeitamente justificável quando se busca promover a eficiência da gestão dos contratos administrativos no setor público, hipótese perfeitamente aplicável na contratação pretendida por este Regional.

3.4 Do valor estimado da contratação

38. Acerca do valor estimado, é necessário fazer alguns apontamentos. O Tribunal de Contas da União (TCU) orienta sobre o procedimento de aferição do valor a ser utilizado no certame como parâmetro para mensurar o preço aceitável de determinado objeto. Veja-se:

AC 0265/2010 ATA 05 - PLENÁRIO- Relator: Ministro RAIMUNDO CARREIRO

[Auditoria. [ACÓRDÃO]	Tecnologia	da	Informação.	Estimativa	de	preços.]
9.1. determinar [...]	à	Caixa	Econômica	Federal	-	CEF que:

9.1.12. realize uma detalhada estimativa de preços com base em pesquisa fundamentada em informações de diversas fontes propriamente avaliadas, como, por exemplo, cotações específicas com fornecedores, contratos anteriores do próprio órgão, contratos de outros órgãos e, em especial, os valores registrados no Sistema de Preços Praticados do SIASG e nas atas de registro de preços da Administração Pública Federal, de forma a possibilitar a estimativa mais real possível, em conformidade com os arts. 6º, inciso IX, alínea "f", e 43, inciso IV, da Lei nº 8.666/97;

39. Requisito também exigido pelo **art. 15 do Decreto n. 10.024/2019**, a apuração do valor estimado tem regras próprias definidas por este órgão no documento padronizado denominado **INFORMAÇÃO CONCLUSIVA SOBRE O VALOR ESTIMADO DA LICITAÇÃO (ICSVEL)**, que no caso em análise, foi juntado ao processo no evento [0984571](#),



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

estando os requisitos da estimativa inseridas nesse documento após formação de preços de mão-de-obra levada a cabo pela própria unidade. O referido documento registra, entre outros elementos:

Norma utilizada para a estimativa de preços:

() Instrução Normativa SG/ME n. 73, de 5/8/2020.

(X) Outra norma/fonte/critério de pesquisa de preços (**JUSTIFICAR**):

JUSTIFICATIVA:

A formação dos **preços de mão-de-obra** foi estimada a partir dos componentes estabelecidos na Instrução Normativa nº SEGES/MPDG nº 5/2017, dos valores de salários base e benefícios constantes da Convenção Coletiva vigente do Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Terceirização em Geral e Prestação de Serviços do Estado de Rondônia – SINTELPES/RO e do Sindicato das Empresas de Asseio, Conservação, Limpeza Pública e Locação de mão-de-obra do Estado de Rondônia – SEAC-RO, ano base 2022/2023.

ANEXO I - PREÇOS OBTIDOS NA PESQUISA

...

I - Para a estimativa dos valores dos postos de trabalho (item 1 da tabela) acima foram utilizadas os seguintes métodos:

Utilização da Planilha de Custos e Formação de Preços da IN 05/2017 do SEGES/MPDG , composta por várias rubricas, dividida em 6 módulos e seus submódulos (Planilhas constantes no item 4.7.5 do TR 4 de evento [0818348](#)

- Os custos relativos aos módulos 1 (Composição da Remuneração), 2 (Encargos e Benefícios) e parte do módulo 6 (Tributos) são decorrentes de normativos legais, dentre eles Convenção Coletiva de Trabalho a que a mão de obra alocada ao contrato deverá ser vinculada. Assim sendo, não houve necessidade de pesquisa de preços para tais custos.

- Os custos relativos aos módulos 4 (Custo de Reposição do profissional ausente), para as rubricas pertinentes à contratação pretendida e para as rubricas e as rubricas do Módulo 6 - Custos Indiretos e Lucro, foram utilizados como parâmetro índices médios praticados em contratos vigente no órgão.

- Os custos relativos à rubrica Uniformes/EPI's e Equipamentos - do módulo 6 (Insumos Diversos) - foram obtidos pela aplicação de pesquisa de preços no mercado local e consulta ao Banco de Preços/Preço Compra Governamentais, cujo relatório final consta como Anexo 3 - Pesquisa de preço dos insumos (evento [0863808](#)).

II - Para os valores estimados para horas extras (item 2 da tabela acima), foram utilizadas o número de horas extras realizadas em eleições anteriores, com base na remuneração atual da mão de obra.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

40. A análise das informações extraídas desse documento revela que, apesar de não ter sido integralmente utilizados os parâmetros definidos pela **Instrução Normativa SG/ME n. 73, de 5/8/2020**, a unidade laborou a pesquisa dentro dos limites traçados por este normativo, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal e que é adotada para essa finalidade no âmbito deste Tribunal. Isso porque o seu art. 9º determina que “*a pesquisa de preço relativa às contratações de prestação de serviços com dedicação de mão de obra exclusiva, aplica-se o disposto na Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, observando, no que couber, o disposto nesta Instrução Normativa*”.

41. Registre-se que esse procedimento encontra-se agora disciplinado pela **Instrução Normativa SEGES n. 65, de 7 de julho de 2021**, com diretrizes bastantes semelhantes, mas que excepciona sua aplicação aos processos instaurados sob a égide da Lei n. 8.666/93, veja-se:

Art. 11. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Parágrafo único. **Permanecem regidos pela Instrução Normativa nº 73, de 5 de agosto de 2020, todos os procedimentos administrativos autuados ou registrados sob a égide da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de junho de 2001, e da Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, incluindo contratações e eventuais renovações ou prorrogações de vigências respectivas.** (sem destaques no original)

42. Como já registrado em outros pareceres a ICSVEL foi criado em decorrência do DESPACHO Nº 1033/2021 - PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC ([0708395](#)), exarado no PSEI [0001311-32.2021.6.22.8000](#), para publicação no PORTAL DA TRANSPARÊNCIA deste Tribunal, desde que não tenham sido consideradas sigilosas, em cumprimento ao item 44 do Anexo II da Resolução CNJ n. 215, de 16/09/2015 e ao Acórdão TCU n. 2622/2015 - Plenário e não trará quaisquer prejuízos às informações restritas do certame, já que a publicação somente ocorrerá após a sua finalização. Em razão disso, ausentes razões de sigilo, tem-se que o valor estimado desta contratação deverá efetivamente ser publicado em cumprimento aos atos indicados no item anterior deste parecer.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

3.5 Do regime de tratamento diferenciado e simplificado para as ME/EPPS:

43. Cumpre acentuar que a Administração deverá observar, em razão do valor estimado da contratação, a **INAPLICABILIDADE DO REGIME DE EXCLUSIVIDADE NA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE NO CERTAME**, conquanto o valor total estimado da contratação pretendida excede o limite legal de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) estabelecidos pelo art. 49, I, da LC 123/2006 e pelo art. 6º, do Decreto nº 8.538/2015, patamar que afasta a exclusividade de participação no certame de microempresas e empresas de pequeno porte. Todavia, desde que ausentes causas justificadoras que conduzam a desfecho contrário, estará garantida a participação dessa categoria econômica de empresas, com todas as regras de preferência a elas aplicáveis.

44. Outrora, esta unidade jurídica enfrentou algumas análises a respeito de empresas que mudam seu regime tributário durante a vigência da contratação. Salutar no Edital de Pregão Eletrônico o registro trazido no item 9.3.1 do TR - **OBSERVAÇÕES IMPORTANTES**, veja-se:

1 – Os Encargos Sociais e os Tributos PIS, COFINS e ISS foram definidos utilizando o regime de tributação de Lucro Presumido. O Licitante deverá elaborar sua proposta e, por conseguinte, suas planilhas, com base no regime de tributação ao qual estará submetido durante a execução do contrato.

2 – Considerando tratar-se de contratação de serviços mediante cessão de mão de obra, **o licitante Microempresa-ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP optante pelo Simples Nacional**, que, por ventura venha a ser contratado, não poderá beneficiar-se da condição de optante e estará sujeito à retenção na fonte de tributos e contribuições sociais, na forma da legislação em vigor, **em decorrência de sua exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação** em consequência do que dispõem o art. 17, inciso XII, art. 30, inciso II e art. 31, inciso II, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações. Assim:

2.1 - O licitante optante pelo Simples Nacional, que, porventura venha a ser contratado, após a assinatura do contrato, no prazo de 60 (sessenta) dias, deverá apresentar cópia dos ofícios, com comprovantes de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra (situação que gera vedação a opção por tal regime tributário) às respectivas Secretarias Federal, Estadual, Distrital e/ou Municipal, no prazo previsto no inciso II do § 1º do art. 430 da Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2.2 - Caso o licitante optante pelo Simples Nacional não efetue a comunicação no prazo assinalado acima, o próprio Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – TRE/RO, em obediência ao princípio da probidade administrativa, efetuará a comunicação à Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB, para que esta efetue a exclusão de ofício, conforme disposto no inciso I do artigo 29 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

3 – A vedação de realizar cessão ou locação de mão de obra de que trata a observação 3 não se aplica às atividades de que trata o art. 18, § 5º-C da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, conforme dispõe o art. 18, § 5º-H da mesma Lei Complementar, desde que não exercidas cumulativamente com atividades vedadas.

4 – O licitante deve preencher a rubrica RAT/FAP da planilha de custo e formação de preços com o valor do RAT de sua atividade preponderante e de seu FAP, a serem comprovados no envio de sua proposta adequada ao lance vencedor, mediante apresentação de GFIP ou outro documento apto a fazê-lo.

3.6 Dos critérios de sustentabilidade

45. Em cumprimento à legislação aplicável, **detalhada no subtópico 2.4 do TR**, acertadamente e dentro da realidade específica do objeto pretendido, o TR registra a inexistência no Plano de Logística Sustentável de ações e estratégias voltadas ao desenvolvimento sustentável diretamente associadas à contratação pretendida. Mas mesmo assim a unidade demandante localizou ação de conscientização em sustentabilidade e responsabilidade social que deverá ser estendida aos empregados terceirizados futuramente contratados, bem como exigiu, como medida sustentável, a obrigação de fornecimento de toda documentação relacionada à execução contratual em meio digital, sempre que possível, e previu práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição do meio ambiente relacionadas no Caderno de Especificações para Serviços de Limpeza, Anexo VIII do TR juntado. Andou bem a unidade ainda, quando estabeleceu tais medidas.

46. Ademais, atualmente existe previsão legal expressa para implementação das licitações sustentáveis, de acordo com o art. 3º da L. 8.666/93, na redação conferida pela Lei n. 12.349/2020. Nota-se, então, que a observância de critérios sustentáveis nas licitações não é faculdade do gestor, mas sim, imposição constitucional e legal em respeito aos princípios da eficiência, da economicidade e do meio ambiente equilibrado. A discricionariedade do agente público não reside



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

em decidir se deve realizar licitações sustentáveis ou não. Não se trata de dever moral, mas de respeito ao princípio da legalidade e da eficiência decorrentes do Estado de Direito. Nesse sentido é o **Acórdão TCU n. 1752/2011 - Plenário**.

47. Contudo, deve ser registrado que embora a Administração do TRE-RO esteja comprometida com o estabelecimento de critérios sustentáveis em suas contratações, o TCU admite temperamentos dessa regra, posição adotada em sua jurisprudência sobre o assunto, tal como no TC 003.405/2010-09, *verbis*:

Louvável a preocupação dos gestores em contratar com empresas que adotem em seus processos produtivos práticas responsáveis ambientalmente. [...] a adoção dessas restrições ambientais deve se dar paulatinamente, de forma que os agentes do mercado possam se adaptar a essas novas exigências antes delas vigorarem plenamente. Caso contrário, estar-se-ia criando uma reserva de mercado para as poucas empresas que cumprirem de antemão essas exigências, implicando violação ao princípio constitucional da livre concorrência, maiores custos e reduzidas ofertas de produtos. (sem destaque no original)

3.7 Dos demais elementos do TR

48. O Termo de Referência registra ainda os demais elementos trazidos pelo **art. 3º, inciso XI do Decreto Federal n. 10.024/2019**, a saber:

- a)** a relação dos documentos essenciais à verificação da qualificação técnica, item 11.1;
- b)** Metodologia de avaliação da qualidade e aceite dos serviços, Capítulo 19 – será adotado indicadores de qualidade expressos no Instrumento de Medição de Resultado (IMR);
- c)** prazo da vigência, item 9.2 - aceitável o dimensionamento da vigência inicial do contrato em **30** (trinta) meses, atentando-se que em razão da ampliação da disputa e redução de preços, posto tratar-se de serviços contínuos (item 5.1 do TR), sendo o que o TCU o admite em casos dessa natureza sua prorrogação por até 60 (sessenta) meses;
- d)** os deveres do contratado e do contratante, Capítulo 15;
- e)** as sanções previstas de forma objetiva, suficiente e clara, Capítulo 16; e



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

f) os procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato, Capítulo 20.

IV – CONCLUSÃO

49. Pelo exposto, opina esta Assessoria Jurídica:

I - De forma preliminar, pela possibilidade da aplicação dos regimes da Lei 10.520/2002 e da Lei n. 8.666/93 a esta contratação, de acordo com a **Portaria SEGES/MGI Nº 720, de 15 de março de 2023** com as adequações determinadas pelo **ACÓRDÃO Nº 507/2023 – TCU – Plenário, na forma apontada na Seção 3.1 deste parecer.**

Para tanto, **orienta** à autoridade administrativa competente que, **quando da deliberação, caso positiva e que deve ocorrer até 31/03/2023**, registre de forma expressa, a opção do regime das referidas leis e que a contratação poderá ter seu procedimento continuado com fulcro na legislação pretérita, desde que a publicação do edital seja materializada até 31/12/2023.

II – Considerando o conteúdo do **Termo de Referência n. 4/2022 - SEAP (0990772)**, também analisado e considerado regular pela unidade competente ([0990925](#)), conclui-se que o instrumento parece conter, em sua forma, os elementos essenciais definidos no **inciso XI do art. 3º do Decreto Federal n. 10.024/19**, podendo ser apresentado à autoridade competente para deliberação e eventual aprovação (**inciso II do art. 14** do mesmo regulamento);

III – Pela possibilidade da contratação dos serviços pretendidos, por meio da modalidade licitatória pregão, na sua forma eletrônica, **tipo menor preço para o lote único**, com fundamento **art. 1º da Lei n. 10.520/2002 e § 1º do art. 1º do Decreto n. 10.024/19;**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

IV – Em razão do valor estimado do lote único exceder o valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), será **inaplicável ao certame o regime de exclusividade na participação de ME/EPP's** na forma prevista pelos incisos I e III do art. 48 da LC nº 123/06;

V – Na busca da proposta mais vantajosa e não se tratando de critério de julgamento pelo maior desconto, geralmente nas licitações desta Administração há a **restrição na divulgação dos preços estimados para a contratação**, conforme disciplinado no **art. 15 do Decreto nº 10.024/2019**. Porém, esta Assessoria Jurídica entende que, nesse caso especificamente, **deve ser divulgado o valor estimado dos serviços**, pois restringir sua divulgação poderá vir a resultar em licitação frustrada. Vejam-se os motivos:

- existe a necessidade de composição dos preços unitários que deverão ser informados nas planilhas a serem encaminhadas durante o certame pelos licitantes; e
- os valores referenciais que compõe as planilhas em sua maioria são fixados por normas estipuladas na CLT e em ACT da categoria, o que não permite variações, ficando apenas uma parte dos valores variáveis definidos por cada licitante;
- a divulgação dos preços estimados valeria para ampliar a competitividade e despertar o interesse das empresas do mercado local e,
- dar publicidade e celeridade ao certame.

Em outro giro, o próprio TCU já adotou posição diversa sobre o assunto abaixo exemplificada:

1. Na licitação na modalidade pregão, o orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários não constitui um dos elementos obrigatórios do edital, devendo estar inserido obrigatoriamente no bojo do processo relativo ao certame. Ficará a critério do gestor, no caso concreto, a avaliação da oportunidade e conveniência de incluir esse orçamento no edital ou de informar, no ato convocatório, a sua disponibilidade aos interessados e os meios para obtê-lo. **Acórdão nº 114/2007, Plenário, rel. Min. Benjamin Zymler.**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

9. Assim, ressalvada a necessidade de que as estimativas estejam presentes no processo, acredito que deve ficar a critério do gestor a decisão de publicá-las também no edital, possibilitando desse modo que adote a estratégia que considere mais eficiente na busca pela economicidade da contratação. **Acórdão nº 1405/2006, Plenário, rel. Min. Marcos Vinício Vilça**

VI – Aplicabilidade dos critérios de sustentabilidade ambiental, registrados no capítulo 2 do TR e apontados na **Seção 3.6** deste parecer.

50. Registra-se que **não há minuta do contrato juntada aos autos**. Este documento deve sistematizar as regras aplicáveis ao futuro ajuste - inclusive o Instrumento de Medição de Resultado, anexo ao futuro contrato (item 19.1.1 do TR) - conforme as normas da Lei n. 8.666/93 e demais legislação aplicável, na forma indicada no TR, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam as contratações públicas, e assim produzir todos os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração. Nesse compasso **a minuta do instrumento contratual deve constar como anexo do instrumento convocatório**, para, em cumprimento do art. 38, parágrafo único, da Lei 8.666/93, receber a análise desta Assessoria Jurídica.

Sobre o edital, deverá o Pregoeiro atentar para incluir em sua redação o complemento registrado na informação que consta do evento n. [0990905](#), na qual a SEAP **retifica** que o **valor ofertado na proposta deverá representar o valor global da prestação dos serviços por 30 meses e não 24 meses como registrado, por erro material, no termo de referência**.

51. Por fim, considerando que para esta contratação foi designada uma equipe de planejamento da contratação, na forma da Portaria n. 259/2022 – PRES/DG/GABDG ([0884123](#) e [0887228](#)), **tem-se que os atos por ela elaborada devem ser assinados, no mínimo, pela maioria dos membros desse coletivo**, o que não se observou no Estudo Técnico Preliminar



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

n. 5/2023 ([0984570](#)), Informação Conclusiva sobre o Valor Estimado da Licitação ([0984571](#)), Análise de Riscos ([0984700](#)) e Termo de Referência n. 4/2023 ([0990772](#)).

Submete-se à consideração da autoridade competente.

.



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO, Assessor Jurídico**, em 28/03/2023, às 16:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0993132** e o código CRC **9DF151E2**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Av. Presidente Dutra, 1889 - Bairro Baixa da União - CEP 76801-976 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0002462-96.2022.6.22.8000.

INTERESSADO: Seção de Administração Predial - SEAP

ASSUNTO: Análise final – Pregão n. 11/2023 - Contratação de **serviços terceirizados de limpeza e conservação para os prédios do TRE-RO** - Fórum Eleitoral, Anexo III (Seção de Transportes) e Prédio Sede - todos no município de Porto Velho – Análise.

PARECER JURÍDICO Nº 117 / 2023 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC

I – DO RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo instaurado pela Seção de Administração Predial (SEAP) com objetivo de abrigar a tramitação dos atos necessários à contratação de empresa especializada na prestação de serviços terceirizados de limpeza e conservação para os prédios do TRE/RO, Fórum Eleitoral, Anexo III (Seção de Transportes) e Prédio Sede, todos no Município de Porto Velho, considerando que o atual contrato tem vigência até a data de **09/07/2023**, consoante Termo de Abertura ([0884120](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

02. Após regular tramitação, vieram os autos a minuta do Edital do Pregão Eletrônico e seus anexos ([0999022](#)) e a minuta do instrumento contratual ([0998774](#)), os quais lograram aprovação desta unidade, conforme Parecer Jurídico n. 82/2023 ([0999850](#)).

03. Concluída a fase interna, iniciou-se a fase externa do Pregão Eletrônico n. 11//2023 ([0999968](#)) por meio de sua publicação, conforme documentos comprobatórios de sua divulgação juntados no evento [0999968](#).

04. Ainda, vieram aos autos os seguintes documentos extraídos do certame:

a) pedido de esclarecimento aviado pela empresa **AGC PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**, que versava sobre a utilização de preços máximos e mínimos para o recebimento das propostas, declarado intempestivo pelo Pregoeiro ([1004424](#));

b) relatório de propostas – Comprasnet ([1005438](#));

c) proposta inicial da licitante **GOLDEN CONSTRUCOES, CONSERVACAO E LIMPEZA URBANA LTDA** - CNPJ: 10.565.121/0001-34, com sede na cidade de Goiânia/GO, no valor de R\$ 55.000.000,00 (cinquenta e cinco milhões de reais) - [1005462](#). Na sequência, pedido de desistência da proposta sob a alegação em função, ao que parece de erro material (...) *pelo cadastro de valor da contratação equivocado, sendo que foi ofertado com o salário menor que o estipulado em Convenção coletiva vigente.* - evento [1005463](#).

d) proposta inicial ([1005466](#)) e ajustada ([1005468](#)) e planilha de formação de preços ([1005613](#)) da licitante a **APTUS TERCEIRIZAÇÕES EIRELI** - CNPJ 05.332.859/0001-11, com sede em Brasília/DF; informações da SEAP por sua aceitação ([1008402](#)), documentos de habilitação da licitante nos eventos ([1008888](#), [1008889](#) e [1008892](#)).

Contudo de acordo com os registros do relatório do pregoeiro ([1015584](#)) e da ata do certame ([1013900](#)), "(...) *ao ser informado no chat acerca da regularidade e, conseqüentemente, da aceitação de sua proposta, solicitou que ela fosse desclassificada.*"



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Alegou a licitante: *"Em virtude de equívoco no dimensionamento da proposta, em especial a possibilidade futura de desenquadramento do simples nacional, pedimos a gentileza de que seja realizada a desclassificação da nossa proposta."*

A proposta foi recusada, conforme registrado pelo Pregoeiro:

- À face do exposto pelo licitante, e considerando o contido no item 9.3 do Termo de Referência (Na parte OBSERVAÇÕES IMPORTANTES) - que trata do assunto exposto pelo licitante -, e prestigiando a **SEGURANÇA DA CONTRATAÇÃO**, o pedido foi acolhido por este Pregoeiro e, consequentemente, **a proposta foi recusada**.

- Registra-se, contudo, que o licitante declarou conhecer as regras do edital e que a formulação da proposta é de sua responsabilidade e que a ela se encontra vinculado, assim, levo o presente fato ao conhecimento da Autoridade Superior, para, caso entenda pertinente, tomar as medidas e providências que entender necessárias.

e) proposta inicial e ajustada da licitante **MC Comércio de Produtos de Limpeza e Serviço de Limpeza LTDA** - CNPJ 04.236.031/0001-05, com sede em Porto Velho/RO, nos eventos [1009006](#) e [1009031](#) e planilha de custos e formação de preços no evento [1009033](#).

A SEAP solicito ao Pregoeiro que a licitante comprovasse a faixa de alíquotas tributárias a que estaria submetida, haja vista que visto os percentuais informados em sua planilha ([1009165](#)). Para atendimento da diligência da SEAP veio ao processo o documento declaratório do enquadramento da empresa no Simples Nacional ([1009479](#)).

Na sequência, encontra-se o seguinte diligência do Pregoeiro, dirigida à COFC deste Tribunal

(...) nesta data, recebemos via e-mail informação ([1009848](#)) de que a empresa proponente auferiu receita bruta superior a R\$ 4.800,000,00 e que, portanto, não poderia se beneficiar do benefício previsto para ME/EPP de que trata a LC 123/2006.

De fato, a empresa declarou, conforme evento [1009070](#) (pág.10), *"que não ultrapassei o limite de faturamento e cumpro os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, sendo apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar"*.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Diante disso, solicito informar qual a receita bruta auferida pela empresa proponente no ano calendário de 2022. Para tanto, junta-se, no evento n. [1009070](#), Declaração de contratos firmados (págs. 24 e 25), Balanço Patrimonial (pág. 41), Demonstração de Resultado do Exercício (pág. 42) e Análise Financeira – 31/12/2022 (pág. 43).

A informação a essa diligência foi prestada pela COFC/SECA ([1010050](#)), adiante transcrita parcialmente:

(...)

ii) em análise na DRE/2022 ([1009070](#)) pág. 42, verificou-se que a **receita bruta** é valor total referente a prestação de serviços contabilizados, que consta na coluna saldo atual, no valor de R\$ 6.431.319,13 (Receita com Prestação de Serviços), sem a incidência de nenhum outro desconto.

(...)

Em face das informações prestadas pela COFC/SCA, a proposta da licitante **MC Comércio de Produtos de Limpeza e Serviço de Limpeza LTDA** foi **recusada pelo Pregoeiro** pelos seguintes fundamentos, de acordo o item 5.3 do relatório do certame ([1015584](#)):

(...)

- Da manifestação técnica ([1010050](#)), extrai-se que empresa obteve receita bruta no valor R\$ 6.431.319,13. **Nesse sentido é a declaração de contratos firmados apresentado pela empresa quando do cadastramento da proposta no sistema (evento [1009070](#), págs. 24 e 25). Também, nesse sentido, é a informação prestada pela licitante no chat.**

- De acordo com a LC n. 123/2006, para fins de gozo dos benefícios para ME/EPP em processo licitatório, a empresa licitante não pode auferir, em cada ano-calendário, receita bruta superior ao 4.800.000,00. Trata-se de critério objetivo.

- No presente caso, a receita bruta da empresa ultrapassa o limite previsto na lei, **logo não devia se declarar ME/EPP. A declaração influenciou no resultado da colocação (em tese, ao menos 7 empresas teriam a oportunidade de ofertar nova proposta de preço inferior), embora a própria empresa não tenha obtido diretamente o benefício com a declaração ME/EPP** - como o critério de desempate na fase de lances ou durante a recusa das propostas das empresas anteriores (art. 44 da LC 123/06). **Além disso, o fato implica em declaração falsa, posto que a empresa não atende requisito da própria lei para obtenção de benefício por ela previsto, mas, mesmo diante disso, declarou atender.** (sem destaques no original)

- Diante do ocorrido e considerando o contido nas alíneas "c" e "d" do item 4.5 do edital, bem como na alínea "c" do item 8.13 também do edital, a proposta da empresa foi recusada.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

f) proposta inicial e ajustada da licitante **M. L. PERES EMPREENDIMENTOS LTDA (EJ RODRIGUES)** - CNPJ 13.993.675/0001-20, com sede em Bujari/AC, nos eventos [1010717](#) e [1010720](#); documentos de habilitação juntados nos eventos [1010756](#) e [1010760](#). Veio ao processo consulta realizada pela SEAP comprovando a situação de optante do Simples Nacional desde 01/01/2019 ([1010760](#)). Em função disso, a unidade demandante analisou as planilhas de preços e constatou:

Que fora identificado que a licitante "zerou" os custos relacionados às rubricas do submódulo 2.2 (Encargos sociais), como salário educação, SESC/SESI, SENAC/SENAI, SEBRAE e INCRA.

No entanto, a licitante manteve as alíquotas de lucro presumido (e não as alíquotas correspondentes ao Simples Nacional) para os tributos Cofins, PIS e ISS.

Isso resultou em valores específicos na planilha: R\$ 3.632,79 para os postos de Servente de Limpeza Sem Insalubridade, R\$ 4.539,98 para os postos de Serventes de Limpeza com Insalubridade e R\$ 5.697,77 para o posto de Encarregado da Limpeza.

Consequentemente, a proposta indicou um valor mensal de R\$ 61.999,93 para os 15 postos de trabalho e um valor total de R\$ 1.859.997,90 para o período de 30 meses de contrato, solicito diligenciar junto a empresa para:

Assim, solicitou que a licitante justificasse a apresentação do **RAT Zerado**, considerando que a empresa declarou ser enquadrada no Simples Nacional.

Em cumprimento a essa diligência, a licitante apresentou nova proposta ajustada ([1011831](#)), havendo esclarecido, ainda ([1011830](#)):

(...) vem através deste, justificar as devidas diligencias solicitada por este Digníssimo Pregoeiro via chat , onde se diz: “**as alíquotas de lucro presumido (e não as alíquotas correspondentes ao Simples Nacional) para os tributos Confins, PIS e ISS**”.

Vamos fazer a adequação do **PIS E CONFINS** conforme nossa tributação, com relação ao **ISS** não poderemos alterar a alíquota, pois o valor exigido no município de Porto Velho é de 5% onde será executado a prestação dos serviços.

Conforme solicitado, foi ajustado o **RAT** da empresa e estamos mandando a comprovação do **RAT** via anexo.

Finalmente, por meio da Manifestação n. 2/2023 ([1012849](#)), a SEAP opinou pela aceitação da proposta e pelo cumprimento dos requisitos de habilitação técnica e de qualificação econômico-financeira exigidos pelo edital.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Assim, o Pregoeiro declarou vencedora do certame a licitante M. L. PERES EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ 13.993.675/0001-20, **valor total R\$ 1.869.997,90**. Superada a etapa recursal, o Pregoeiro adjudicou o objeto à vencedora, conforme consta no termo de adjudicação ([1015529](#)).

g) ata do Pregão Eletrônico ([1013900](#));

h) Intenção de recurso da licitante **ERP DE OLIVEIRA COMÉRCIO DE INFORMÁTICA E SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA** ([1013902](#)), no qual alegou:

Manifestação de intenção de recurso a empresa não atende os requisitos editalícios, visto que não comprova a exequibilidade da planilha de custo, habilitação técnica, dentre outros que será discorrido na peça recursal, em atenção ao direito de manifestação e interposição de recurso, previsto no art. 26, do Decreto Estadual nº 26.182/2021, e ao artigo 4º, inciso XVIII, da Lei 10.520/2002.

Desistência do recurso ([1013903](#)), no qual alegou:

Em análise minuciosa verificamos que a comissão foi diligente e refutou os prováveis elementos que poderiam ser passíveis de recurso. Desde agradecemos e não temos a intenção de protelar a finalização do certame. Atenciosamente, ERP de Oliveira.

Comprovação de que não houve interposição de contrarrazões ao recurso ([1015527](#)).

i) termo de adjudicação ([1015529](#));

j) resultado por fornecedor ([1015531](#));

k) comprovação da publicação do resultado do certame ([1015985](#)).

05. Por fim, o pregoeiro registra as principais ocorrências do certame em seu Relatório 34/2023 ([1015584](#)). Assim instruídos, os autos foram remetidos pela ASLIC a esta Assessoria Jurídica para análise dos atos praticados na licitação (1015692). **É o relatório.**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

II – DA ANÁLISE JURÍDICA

06. Desencadeada a fase externa da competição, nota-se a observância do art. 25 do Decreto Federal nº 10.024/19, dando-se as devidas divulgações dos avisos de licitação, com observância do prazo mínimo de 08 (oito) dias úteis da publicação para o recebimento das propostas ([0894317](#)), em atendimento ao disposto no citado Decreto .

07. Nas publicações dos avisos constam a definição do objeto e a indicação do local, dias e horários em que poderá ser obtida a íntegra do Edital e o endereço eletrônico onde ocorrerá a sessão pública, com a data e hora de sua realização, em observância ao art. 25 do Decreto Federal n. 10.024/19.

08. Passa-se às análises dos procedimentos propriamente ditos, tomando-se os elementos constantes dos autos e as principais ocorrências contidas no relatório do Pregoeiro:

a) Pedido de esclarecimento ao edital: Houve 1 (um) pedido de esclarecimento ao edital, aviado no **dia 28/04/2023** pela empresa **AGC PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**, que versava sobre a utilização de preços máximos e mínimos para o recebimento das propostas, declarado intempestivo pelo Pregoeiro ([1004424](#)). **Correta a decisão**, vez que estando a abertura do certame programada para o dia **03/05/23**, a data limite para esse ato teve seu **termo final no dia 27/04/2023**. Cumprimento do item 2.2 do edital do certame.

b) Desclassificação da proposta de forma sumária – item 6.2 do edital: Não houve;

c) Lances: Os melhores lances para o item estão registrados em demonstrativos do sistema COMPRASNET ([1002046](#)) e todos os lances de cada item na ata do pregão ([1013900](#));

d) Item deserto: Não houve;

e) Cancelados na Aceitação: Não houve;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

f) Aceitação/negociação: Nesta fase o Pregoeiro negocia com as licitantes, via Sistema Eletrônico - *chat* - a redução do lance ou da proposta mais vantajosa, na tentativa de reduzir o preço, observado o critério de julgamento, como também analisa o cumprimento das exigências editalícias para a aceitação das propostas.

As ocorrências estão registradas no item 5.3 do Relatório do Pregoeiro ([1015584](#)), cujas justificativas demonstram a aplicação acertada e objetiva dos critérios de aceitação de proposta, sempre após a manifestação da unidade demandante e na forma estabelecida no instrumento convocatório e devidamente registradas na ata do certame ([1013900](#)).

Como registrado na ata do certame, no relatório do Pregoeiro e no relato deste parecer, houve **recusa de propostas** das seguintes licitantes:

f1. GOLDEN CONSTRUCOES, CONSERVACAO E LIMPEZA URBANA LTDA - CNPJ: 10.565.121/0001-34, com sede na cidade de Goiânia/GO, no valor de **R\$ 1.500.000,00** no sistema Comprasnet ([1005438](#)), porém com Anexo de proposta no valor de **55.000.000,00 (cinquenta e cinco milhões de reais)** - [1005462](#):

Houve pedido de desistência da proposta sob a alegação, ao que parece de erro material (...) *pelo cadastro de valor da contratação equivocado, sendo que foi ofertado com o salário menor que o estipulado em Convenção coletiva vigente.* - **evento [1005463](#)**.

A situação acima narrada encontra previsão no edital do certame. Veja-se:

5.1.2. Uma vez aberta a sessão, os licitantes acham-se vinculados às suas propostas. Não serão aceitos pedidos de desistência de propostas, **salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceitos pelo Pregoeiro.**

Conquanto possa ser questionado se a falha na elaboração da proposta realmente se deu pelo valor equivocado na oferta de salário menor ao estipulado em Convenção coletiva vigente, como afirmado pela licitante - isso porque o valor que consta do anexo da proposta ofertada no certame é extremamente superior ao estimado pela Administração, havendo dúvida se esse argumento seria eficaz para configurar um "motivo justo" - a verdade é que - além das diferenças gritantes entre os valores o cadastrado no Sistema Comprasnet e aquele que consta no Anexo de proposta, quando comparado ao valor



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

estimado da contratação (R\$ 2.147.549,20), **o valor ofertado poderia ser considerado inexequível, na forma do item 8.5 do edital.**

Assim, não havia qualquer possibilidade de aceitação da proposta, razão pelo qual o Pregoeiro, verificando esse fato e ainda diante do pedido expresso da licitante, houve por bem recusar a proposta, **fato que não alterou o desfecho do certame, nem gerou prejuízo ao certame ou a seus participantes.**

Conclusão desta Assessoria Jurídica: Regularidade do ato, de acordo com o item 5.1.2 do edital do certame.

fi. APTUS TERCEIRIZAÇÕES EIRELI - CNPJ 05.332.859/0001-11, com sede em Brasília/DF:

Neste caso, segundo relata o Pregoeiro, ao ser informada no **chat** acerca da regularidade e, conseqüentemente, da aceitação de sua proposta, a licitante solicitou que ela fosse desclassificada.

Alegou a licitante: (...) *equivoco no dimensionamento da proposta, em especial a possibilidade futura de desenquadramento do simples nacional, pedimos a gentileza de que seja realizada a desclassificação da nossa proposta.*"

Conquanto tenha **recusado a proposta** o Pregoeiro registra que, considerando o contido no item 9.3 do Termo de Referência (na parte OBSERVAÇÕES IMPORTANTES) - que trata do assunto exposto pelo licitante -, e prestigiando a **SEGURANÇA DA CONTRATAÇÃO**, o pedido foi acolhido por este Pregoeiro e, conseqüentemente, a proposta foi recusada.

Sobre as referidas OBSERVAÇÕES IMPORTANTES que constam do item 9.3 do TR da contratação, anexo ao edital, essas dizem respeito, mais precisamente ao item 2, veja-se:

2 – Considerando tratar-se de contratação de serviços mediante cessão de mão de obra, o licitante Microempresa-ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP optante pelo Simples Nacional, que, por ventura venha a ser contratado, não poderá beneficiar-se da condição de optante e estará sujeito à retenção na fonte de tributos e contribuições sociais, na forma da legislação em vigor, em decorrência de sua exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação em consequência do que dispõem o art. 17, inciso XII, art. 30, inciso II e art. 31, inciso II, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações. Assim:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2.1 - O licitante optante pelo Simples Nacional, que, porventura venha a ser contratado, após a assinatura do contrato, no prazo de 60 (sessenta) dias, deverá apresentar cópia dos ofícios, com comprovantes de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra (situação que gera vedação a opção por tal regime tributário) às respectivas Secretarias Federal, Estadual, Distrital e/ou Municipal, no prazo previsto no inciso II do § 1º do art. 430 da Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações;

2.2 - Caso o licitante optante pelo Simples Nacional não efetue a comunicação no prazo assinalado acima, o próprio Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – TRE/RO, em obediência ao princípio da probidade administrativa, efetuará a comunicação à Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB, para que esta efetue a exclusão de ofício, conforme disposto no inciso I do artigo 29 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

Assim, ao que parece, diante da possibilidade concreta da contratação, a licitante hesitou sobre a vantagem dela pela **exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação**. Isso porque dimensionou os tributos que constam do Módulo 6 de suas planilhas pelo regime do Simples Nacional (vide evento [1009033](#)) e, sendo vencedora, haveria a possibilidade do desenquadramento desse regime, o que levaria ao recolhimento majorado de tributos.

Esse comportamento soa bastante questionável, até porque a licitante, como condição para a participação no certame, declarou conhecer as regras do edital e que a formulação da proposta é de sua responsabilidade e que a ela se encontra vinculada (páginas 7 e 13 do evento [1009033](#)). Sobre tal vínculo obrigacional, cita-se, por exemplo, o **Acórdão TCU 2132/2021 - Plenário**, veja-se:

Acórdão TCU 2132/2021 - Plenário:

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer o presente processo como representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade constantes no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, c/c o art. 237, inciso VI e parágrafo único, do Regimento Interno/TCU, e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014;

9.2. no mérito, considerar a presente representação parcialmente procedente;

(...)

9.4.5. ausência de instauração de processos administrativos visando à apuração da conduta da Empresa DCCO Soluções em Energia e Equipamentos Ltda. (CNPJ 01.475.599/0002-63), consistente na sua recusa em manter a proposta para o item 1 do Pregão Eletrônico SRP 10/2021, considerando o disposto no art. 7º da Lei 10.520/2002, c/c o art. 19, III, do Decreto 10.024/2019, bem como da Empresa Sotreq S/A (CNPJ 34.151.100/0013-74), que



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

deixou de encaminhar os documentos de habilitação, no bojo Pregão Eletrônico SRP 12/2021, em violação ao disposto no art. 7º da Lei 10.520/2002 c/c o art. 19, III, do Decreto 10.024/2019;

(...)

65. Por falta de amparo legal, não se pode admitir a alegação do ICMBio de que o 'pregão ainda estava numa fase em que a desistência da proposta é possível'. A tese aventada pela Administração vai ao arrepio da lei, pois, após o início da etapa de lances, a licitante deve honrar a proposta e os lances feitos, e, com ação diversa, se sujeita à possível sanção de impedimento de licitar e contratar no âmbito da União.

66. O art. 81 da Lei 8.666/1993 já dispunha no seu texto original que a recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato caracteriza descumprimento total da obrigação assumida, ficando sujeito à sanção. Com o advento da Lei 10.520/2002, que instituiu o pregão como modalidade licitatório, essa penalidade foi replicada em seu art. 7º, e não mais como possibilidade, o qual destaca expressamente que atinge quem 'não celebrar o contrato' ou 'não mantiver a sua proposta', neste segundo caso, obviamente, antes mesmo da adjudicação do objeto.

67. Essa sanção também constou no art. 28 do Decreto 5.450/2005, que regulamentava o pregão na forma eletrônica, mas que foi revogado e substituído pelo Decreto 10.024/2019, cujo art. 49, V, também assegura expressamente a aplicação dessa penalidade a quem não mantiver a sua proposta.

68. Dessa forma, em linha com a declaração do ICMBio de que a empresa seria instada a se manifestar sobre o ocorrido, deve ser determinado ao órgão que instaure processo administrativo visando à apuração da conduta da DCCO, consistente na sua recusa em manter a proposta para o item 1 do Pregão Eletrônico SRP 10/2021, considerando o disposto no art. 7º da Lei 10.520/2002 c/c o art. 19, III, do Decreto 10.024/2019. (sem destaques no original)

A desistência alterou o desfecho do certame - **que poderia ter a licitante como vencedora, embora tenha produzido prejuízo relevante ao certame ou a seus participantes.** Isso porque o valor final de sua proposta ajustada de R\$ 1.860.000,00 ([1005468](#)), está praticamente no mesmo patamar financeiro das proposta efetivamente vencedora da competição (R\$ 1.869,997,00 - [1010720](#)).

Ao analisar os argumentos da licitante, o Pregoeiro decidiu pela recusa da proposta também em função da **segurança da contratação**, que certamente restaria abalada desde seu nascedouro em face da situação fática exposta pela licitante.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Tem-se que esse relevante argumento - cuja finalidade seria a celebração de um contrato firme entre as partes, com previsão de execução sem incidentes e assim atender a contento o interesse público nele buscado - pode justificar a recusa da proposta.

Porém, não tem a eficácia de sobrepor-se ao vínculo de compromisso que a licitante assumiu ao apresentar sua proposta no certame, tê-la aceita e, já na fase de habilitação, alegar equívoco para dela desistir, contrariando regra expressa da Lei n. 10.520/20022, do Decreto Federal, n. 10.024/2019 e do Edital de Pregão Eletrônico n. 11/2023, veja-se:

Lei n. 10.520/2002:

(...)

Art. 7º Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, **não mantiver a proposta**, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, **será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.** (sem destaques no original)

(...)

Decreto Federal, n. 10.024/2019:

(...)

Art. 19. Caberá ao licitante interessado em participar do pregão, na forma eletrônica:

(...)

III - responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, **assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances**, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros; (sem destaques no original)

(...)

Edital de Pregão eletrônico n. 11/2023:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(...)

5.1.2. Uma vez aberta a sessão, os licitantes acham-se vinculados às suas propostas. Não serão aceitos pedidos de desistência de propostas, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceitos pelo Pregoeiro.

(...)

15.9. As hipóteses de desclassificação ou recusa de proposta e inabilitação dos licitantes poderão ensejar a abertura de processo administrativo para apuração da ocorrência de condutas tipificadas no art. 7º da Lei n. 10.520, com vistas à aplicação de penalidades previstas, salvo nos casos em que forem acatadas pelo gestor as justificativas apresentadas. (sem destaques no original)

(..)

Conclusão desta Assessoria Jurídica: Considerando a conduta da licitante **APTUS TERCEIRIZAÇÕES EIRELI** - CNPJ 05.332.859/0001-11, de acordo com os fatos registrados na ata do certame ([1013900](#)), na qual, inclusive, há registro expresso dessa possibilidade (11/05/2023 14:52:50, p. 9 da ata), com fundamento nos itens 5.1.2 c/c 15.9 do Edital do Pregão Eletrônico n. 11/2023 e inciso III do artigo 19 do Decreto Federal n. 10.024/2019, **opina-se pela abertura de processo administrativo para apuração da conduta tipificadas no art. 7º da Lei n. 10.520/2002 - não manter a proposta** - com vistas à aplicação das penalidades previstas nessa Lei e no edital do certame, salvo acolhimento de justificativas para o ato. O procedimento deverá observar as regras dos artigos 53 e segs da Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2018.

f3. MC COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E SERVIÇO DE LIMPEZA LTDA - CNPJ 04.236.031/0001-05, com sede em Porto Velho/RO:

Neste caso a proposta foi recusada porque, de acordo com a LC n. 123/2006, para fins de gozo dos benefícios para ME/EPP em processo licitatório, a empresa licitante não pode auferir, em cada ano-calendário, receita bruta superior ao **R\$ 4.800.000,00**. Trata-se de critério objetivo.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Contudo, após análise da área contábil deste Tribunal ([1010050](#)), constatou-se que a licitante obteve receita bruta no valor **R\$ 6.431.319,13** no exercício de 2022, cifra que ultrapassa o limite previsto na lei, **logo não devia se declarar ME/EPP**.

Segundo registrou o Pregoeiro, a **declaração influenciou no resultado da colocação (em tese, ao menos 7 empresas teriam a oportunidade de ofertar nova proposta de preço inferior)**, embora a própria empresa não tenha obtido diretamente o benefício com a declaração ME/EPP em razão do critério de desempate na fase de lances ou durante a recusa das propostas das empresas anteriores (art. 44 da LC 123/06).

Por fim, informa o Pregoeiro que o fato implica em **declaração falsa**, haja visto que comprovado que a licitante não atende o requisito da própria lei para obtenção de benefício por ela previsto, embora assim tenha declarado expressamente (**página 10 do evento** [1009070](#)).

Acerca do inusitado incidente, verifica-se que o **Tribunal de Contas da União** tem diversos precedentes no sentido de que a participação em licitação reservada a microempresas (ME) e a empresas de pequeno porte (EPP), por sociedade que não se enquadre na definição legal dessas categorias, **configura fraude ao certame**, conforme acórdãos listados adiante com uma síntese dos comportamentos analisados em cada caso:

ACÓRDÃO N.º 2846/2010-PLENÁRIO, TC-008.552/2010-0, REL. MIN. WALTON ALENCAR RODRIGUES, 27.10.2010:

(...)

22. Contudo, a Interessada, além de omitir-se do dever de atualizar sua condição, de forma a atender ao disposto no § 9º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, mediante o pedido de desenquadramento da situação de EPP previsto na alínea c.2 do inciso II do parágrafo único do art. 1º da IN-DNRC nº 103/2007, nos anos de 2007 e 2008, sagrou-se vencedora de licitações restritas à participação de ME e EPP, conforme restou demonstrado no levantamento que deu origem ao presente processo.

(...)

ACÓRDÃO N.º 1782/2012-PLENÁRIO, TC-012.545/2011-2, REL. MIN. AUGUSTO NARDES, 11.07.2012:

(...)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

3. *Conforme a documentação apresentada, formada por cópias de notas fiscais emitidas pela RLP e consultas realizadas em sistemas oficiais, a empresa teria auferido faturamento, em 2009, superior ao limite de R\$ 2.400.000,00, previsto na Lei Complementar 123/2006, para caracterizá-la como EPP. Com isso, em 2010, a recorrente, segundo a representação, deveria ter alterado seu enquadramento na junta comercial, na forma do art. 1º da Instrução Normativa/DNRC 103/2007; e do art. 3º, §9º, da Lei do Simples Nacional.*

4. *Além dos documentos citados, a representante juntou cópias de pregões restritos às microempresas – ME e empresas de pequeno porte – EPP, de órgãos federais, realizados em 2010, nos quais a empresa declarou-se EPP e venceu as competições.*

(...)

ACÓRDÃO N.º 2066/2013-PLENÁRIO, TC-008. 552/2010-0, REL. MIN. RAIMUNDO CARREIRO, 20.02.2013:

(...)

28. (...) aplica-se, ao presente caso, o entendimento constante no relatório que fundamenta o [Acórdão 1782/2012-TCU-Plenário](#) (proferido no processo de representação TC [Processo 012.545/2011-2](#) quando da apreciação de pedido de reexame interposto contra o [Acórdão 3074/2011-TCU-Plenário](#)), no sentido de que “a apresentação de declarações divergentes da realidade e a participação deliberada e vitória em certames exclusivos para microempresas e empresas de pequeno porte demonstram conduta passível de apenação com a impossibilidade de licitar e contratar com a Administração por curto período”. (grifei)

(...)

Muito embora os acórdãos acima listados digam respeito a certames destinados exclusivamente a ME/EPSS, tem-se que a situação jurídica por eles relatadas é idêntica à ocorrida no caso em exame. A leitura dos excertos reproduzidos acima revela que o TCU tem sancionado com rigor esse tipo de conduta perpetrada por licitantes que declaram falsamente o seu enquadramento econômico, insistem na falsidade e culminam por produzir um **resultado concreto viciado pela distorção da realidade fática**. Para o TCU, além de afrontar as regras da LC n. 123/2006, **esses comportamentos atentam contra os princípios de lisura e isonomia que regem a disputa** e que, por conta disso, os agentes terminam vencendo o certame em disputa e contratando com a Administração de forma fraudulenta.

O TCU também tem reconhecido a atipicidade da conduta **quando originária de erro justificável e que não tenha gerado prejuízo às demais competidoras e, sobretudo, ao Erário**. Nesse sentido são as conclusões do acórdão adiante reproduzido em parte, que ainda cita como precedentes os **Acórdãos 2924/2010 e 1353/2013, ambos do Plenário**:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Acórdão nº 2392/2014 - TCU- PLENÁRIO, TC-028.788/2012-5, Relator: Ministro Reimundo Carreiro. Data de Julgamento: 10/09/2014

Voto:

(...)

3.

(...)

*No Tribunal de Contas da União, bem como em outras Cortes de Contas estaduais e municipais, nas localidades em que estas ainda existem, em casos semelhantes ao que ora se examina, considerados de **baixa materialidade**, a postura adotada tem sido a de **ALERTAR, RECOMENDAR ou SUGERIR** que os responsáveis se abstenham da prática das condutas consideradas reprováveis no futuro.*

4. De fato, assiste razão à embargante. Em que pese a gravidade da falha, há de se considerar que a irregularidade ocorreu em um certame, cuja o valor bruto arrecadado atingiu R\$ 16.240,00, o que foi reconhecido na instrução da unidade técnica (peça 23, p. 9). Contudo, tal fato não foi levado em conta quando da prolação do [Acórdão 1535/2013-TCU-Plenário](#). **Em caso similar esta Corte decidiu que, dada a baixa materialidade envolvida, seria suficiente emitir alerta à empresa, conforme excerto, a seguir transcrito, do Voto condutor que fundamentou o [Acórdão 2924/2010-TCU-Plenário](#):**

“Embora considere falha grave a omissão da empresa, julgo que, dada a baixa materialidade dos procedimentos licitatórios exclusivos para ME ou EPP em que participou e ganhou, total de R\$ 25.105,00 relativos a seis procedimentos ocorridos em 2008, representando percentual inferior a 0,5% dos valores auferido pela firma em licitações com órgãos públicos, é suficiente alertar a empresa de que a repetição da infração ensejará a declaração de sua inidoneidade, impossibilitando que contrate com o Poder Público por até 5 anos.”

5. No mesmo sentido, decidiu o TCU ao proferir Acórdãos nº 2.924/2010 e nº 125/2014, ambos do Plenário.

6. Há de se considerar, ainda, dois pontos. Primeiro, que após a identificação do erro a empresa embargante solicitou o seu desenquadramento para os fins da LC 123/2006. Segundo, que apesar da falha, o órgão efetuou a aquisição pelo menor preço, não havendo, portanto, prejuízo ao Erário ou para as demais concorrentes das licitações analisadas.

7. Assim, tendo em vista a similaridade dos casos, julgo que para a presente Representação deva ser dado o mesmo encaminhamento dos [Acórdão 2924/2010-TCU-Plenário](#) e nº 125/2014 – Plenário. Para tanto, constatada a omissão no âmbito do [Acórdão 1535/2013-TCU-Plenário](#), devem os presentes Embargos de Declaração ser acolhidos, com efeitos infringentes, alterando a Decisão guerreada para que a empresa seja alertada de que a repetição da infração ensejará a declaração de sua inidoneidade, impossibilitando que contrate com o Poder Público por até 5 anos.

(...)

No caso em análise, tem-se os seguintes comportamentos e desdobramentos:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

A empresa declarou expressamente que detinha a condição de ME/EPP. Esse fato está materializado na declaração do sistema do Pregão Eletrônico juntado ao processo na página 10 do evento [1009070](#).

Após solicitação da unidade demandante para comprovação do enquadramento econômico da licitante ([1009165](#)), face aos percentuais de tributos informados na proposta ([1009033](#)), a SECA/COFC constatou que a receita bruta da licitante, no valor de R\$ 6.431.319,13 (Receita com Prestação de Serviços) excede o limite de R\$ 4.800,000,00; portanto, não poderia se beneficiar do regime previsto para ME/EPP de que trata a LC 123/2006 ([1009911](#) e [1010050](#)).

A licitante foi alertada sobre o fato, vejamos-se os registros na ata do certame ([1013900](#)):

(...)

16/05/2023 14:43:46: Para MC COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E SERVICO DE LIMPEZA LTDA - Da manifestação técnica, verifica-se que empresa obteve receita bruta no valor R\$ 6.431.319,13. Nesse sentido é a declaração de contratos firmados apresentado por essa empresa quando do cadastramento da proposta no sistema (evento 1009070, págs. 24 e 25).

16/05/2023 14:44:15: Para MC COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E SERVICO DE LIMPEZA LTDA - Também, nesse sentido, é a informação prestada pela licitante neste chat.

16/05/2023 14:44:33: Para MC COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E SERVICO DE LIMPEZA LTDA - Dito isso, tem-se que:

16/05/2023 14:44:40: Para MC COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E SERVICO DE LIMPEZA LTDA - - a empresa declarou ser ME/EPP (conforme declaração registrada no sistema);

16/05/2023 14:44:45: Para MC COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E SERVICO DE LIMPEZA LTDA - - a empresa auferiu no ano-calendário anterior receita bruta superior ao limite previsto na LC 123/2006 (conforme DRE/2022 e Declaração de contratos firmados);



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

16/05/2023 14:44:59: Para MC COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E SERVICO DE LIMPEZA LTDA - - a empresa, embora não tenha obtido diretamente o benefício com a declaração ME/EPP - como o critério de desempate na fase de lances ou durante a recusa das propostas das empresas anteriores (art. 44 da LC 123/06) -, **influenciou no resultado de classificação das propostas**, haja vista que, em tese,

16/05/2023 14:45:06: Para MC COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E SERVICO DE LIMPEZA LTDA - **ao menos 7 empresas poderiam ter a oportunidade de ofertar nova proposta de preço inferior.**

16/05/2023 14:45:18: Para MC COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E SERVICO DE LIMPEZA LTDA - - a ocorrência implica em violação às alíneas “b” e “c” do item 4.5 do edital.

16/05/2023 14:45:33: Para MC COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E SERVICO DE LIMPEZA LTDA - **Algo a declarar sobre isso, Licitante?**

16/05/2023 14:50:16: Senhor pregoeiro pode nos conceder um prazo de pelo menos 30 minutos para que possamos nos manifestar?

16/05/2023 14:51:39: Para MC COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E SERVICO DE LIMPEZA LTDA - Certo. A empresa tem o prazo de 30 minutos para manifestar.

16/05/2023 15:09:04: Senhor Pregoeiro, a empresa MC Comércio ofertou sua proposta considerando o regime de tributação do Simples Nacional. A Receita Bruta do ano calendário de 2022 sendo de 6.431.319,13 não impediu da empresa se enquadrar no Simples Nacional, uma vez que essa receita apurada era referente ao Lucro Presumido, sendo a empresa enquadrada no Simples Nacional.

16/05/2023 15:09:27: em janeiro desse ano de 2023. O faturamento mencionado de 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil) refere-se a faturamento no simples nacional que não podem ser



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ultrapassados. **Quanto a empresa ter declarado ME/EPP, a mesma não se utilizou desse benefício na presente licitação, sendo que as outras empresas poderiam sim ofertar lance menor que o nosso de**

16/05/2023 15:16:20: Para MC COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E SERVICO DE LIMPEZA LTDA - Licitante, para fins de gozo dos benefícios previstos na LC 123/2006 em processos licitatórios, a empresa não pode ter auferido, em cada ano-calendário, receita bruta superior ao 4.800.000,00. O critério é objetivo.

16/05/2023 15:16:46: Para MC COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E SERVICO DE LIMPEZA LTDA - Se a empresa auferiu receita bruta superior ao limite previsto na lei, não pode gozar dos seus benefícios em processos licitatórios, pois não se enquadra, não atende a requisito previsto na própria lei como condição para usufruir de seus benefícios.

16/05/2023 15:17:21: Para MC COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E SERVICO DE LIMPEZA LTDA - Em relação a ter obtido benefício na presente licitação, é como informado anteriormente. Ao se declarar ME/EPP, a empresa influenciou no resultado da colocação. **O lance informado anteriormente não é o lance ordinário, mas aquele referente ao empate ficto, de até 5% superior.**

16/05/2023 15:17:53: Para MC COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E SERVICO DE LIMPEZA LTDA - Além do mais, a empresa não se enquadra no limite previsto em lei para o gogo do beneficio e, como dito, é critério objetivo. O limite é valor igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00.

16/05/2023 15:18:38: Para MC COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E SERVICO DE LIMPEZA LTDA - A empresa auferiu R\$ 6.431.319,13, portanto não se enquadra.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

16/05/2023 15:20:28: Para MC COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E SERVICO DE LIMPEZA LTDA - Posto isso, reproduzo a seguir, para fins de conhecimento dessa empresa e das demais licitantes, a manifestação da unidade técnica-demandante acerca da proposta ajustada.

16/05/2023 15:20:36: Para MC COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E SERVICO DE LIMPEZA LTDA - “Solicito à empresa MC COM. E SOLUÇÕES EM SERVIÇOS LTDA que forneça uma justificativa embasada para comprovar que a alíquota de ISSQN demonstrada na planilha de 5% é a que a empresa deve se enquadrar, considerando os dados constantes na planilha (1009033), módulo 6.

16/05/2023 15:22:00: Para MC COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E SERVICO DE LIMPEZA LTDA - A manifestação é anterior ao recebimento da informação acerca do faturamento e da declaração ME/EPP da empresa.

16/05/2023 15:23:04: Para MC COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E SERVICO DE LIMPEZA LTDA - **Licitante, diante disso, não resta outra alternativa senão recusar a proposta dessa empresa, conforme regulamento previsto nas alíneas “b” e “c” do item 4.5 do edital, que diz:**

16/05/2023 15:23:18: Para MC COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E SERVICO DE LIMPEZA LTDA - 4.5. Pregoeiro procederá à desclassificação, recusa da proposta ou a inabilitação da licitante, conforme fase em que se encontre a licitação, quando verificada a ocorrência de qualquer das hipóteses a seguir elencadas:

16/05/2023 15:23:33: Para MC COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E SERVICO DE LIMPEZA LTDA - **b) declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e de conformidade de sua proposta com as exigências deste instrumento convocatório; e**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

16/05/2023 15:23:40: Para MC COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E SERVICO DE LIMPEZA LTDA - **c) declaração falsa relativa a atendimento dos requisitos para gozo dos benefícios da Lei Complementar 123/2006 ou relativa a qualquer outro benefício ou preferência.**

16/05/2023 15:24:04: Para MC COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E SERVICO DE LIMPEZA LTDA - **Por fim, registra-se que o fato será levado ao conhecimento da Autoridade Superior para tomar as medidas e providências que julgar necessárias.**

16/05/2023 15:26:36: Para MC COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E SERVICO DE LIMPEZA LTDA - **Algo mais a declarar, Licitante?**

16/05/2023 15:28:43: Para MC COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E SERVICO DE LIMPEZA LTDA - **Certo. Irei prosseguir. Por todo o exposto, a proposta da empresa será recusada.**

16/05/2023 15:29:05: Para MC COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E SERVICO DE LIMPEZA LTDA - **Agradecemos a participação da empresa e pedimos que continue acompanhando o certame.**

Em consequência, como não há a funcionalidade de desfazer a declaração no próprio sistema e também não sendo possível o retorno à fase de lances, restou ao Pregoeiro a **recusa da proposta da empresa**, com base no item 4.5, "b" e "c", do edital. .

Esses registros levam às seguintes conclusões:

Primeiro, a empresa Confessou que obteve no exercício de 2022 faturamento superior ao limite do enquadramento de ME/EPP, situação impeditiva para a declaração levada a cabo no certame;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Segundo, a declaração falsa influenciou no resultado da colocação, em tese, ao menos 7 empresas teriam a oportunidade de ofertar nova proposta de preço inferior, embora a própria empresa não tenha obtido diretamente o benefício com a declaração ME/EPP em razão do critério de desempate na fase de lances ou durante a recusa das propostas das empresas anteriores (art. 44 da LC 123/06);;

Terceiro, o prejuízo ao Erário foi bastante reduzido. A proposta vencedora do certame no valor de R\$ 1.869.997,90, situou-se em patamar insignificamente superior ao valor da proposta da licitante MC: R\$ 1.869.901,30.

Quarto, as poucas alegações da licitante **MC COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E SERVICO DE LIMPEZA LTDA** não permitem aferir que essa tenha agido deliberadamente com má fé dirigida ao falseamento da verdade no certame em que participou.

Conclusão desta Assessoria Jurídica: Verifica-se que a recusa da proposta, embora não tenha produzido significativo prejuízo ao Erário, não foi capaz de afastar o prejuízo aos demais competidores da licitação, haja vista que, **em tese, ao menos 7 empresas teriam a oportunidade de ofertar nova proposta de preço inferior.** Nesses termos, a conduta da licitante **MC COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E SERVIÇO DE LIMPEZA LTDA - CNPJ 04.236.031/0001-05**, de acordo com os documentos que instruem o processo e os fatos registrados na ata do certame (1013900), na qual, inclusive, há registro expresso dessa possibilidade (16/05/2023 15:24:04, p. 12), não se enquadra na situação de atipicidade reconhecida pelo TCU, que se dá por erro justificável e que não tenha gerado prejuízo às demais competidoras ou ao Erário. Assim, com fundamento nos itens 4.5, "b" d "c" c/c 15.9 do Edital do Pregão Eletrônico n. 11/2023 e inciso III do artigo 19 do Decreto Federal n. 10.024/2019, **opina-se pela abertura de processo administrativo para apuração da conduta tipificadas no art. 7º da Lei n. 10.520/2002 - apresentar documentação falsa e, ainda, art. 37 da Lei Complementar n. 123/2006** - com vistas à aplicação das penalidades previstas nessas leis e no edital do certame, salvo acolhimento de justificativas para o ato. O procedimento deverá observar as regras dos artigos 53 e segs da Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2018.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

g) Fase de Habilitação: A licitante M. L. PERES EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ 13.993.675/0001-20, apresentou a documentação exigida, considerados regulares ([1012849](#)). Superada a etapa recursal, o Pregoeiro adjudicou o objeto à licitante vencedora, no **valor total R\$ 1.869.997,90**, conforme consta no termo de adjudicação ([1015529](#)).

h) Recurso: não houve.

Conforme constou do relato deste parecer, houve **intenção de recurso** da licitante ERP DE OLIVEIRA COMÉRCIO DE INFORMÁTICA E SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA ([1013902](#)) que, na sequência apresentou **desistência do recurso** ([1013903](#)). **Não houve interposição de contrarrazões ao recurso** ([1015527](#)).

Sem entrar no mérito do alegado pela licitante em sua intenção recursal, alerta-se aos Pregoeiros deste Tribunal que, em casos como tais, observem as orientações que constam do item 13 do Parecer Jurídico n. 238/2022 ([0930214](#)), acolhido pela Despacho DG 1422/2022 ([0933740](#)).

i) Adjudicação: Não havendo registro de intenção de recurso, o Pregoeiro efetuou a adjudicação, conforme evento [0909405](#).

09. Assim, deve-se registrar que o procedimento licitatório foi marcado pela isonomia e probidade. Desse modo, conclui-se que transcorreu de forma regular, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata da Sessão Pública.

10. Nessa linha de reflexão, evidencia-se que restaram atendidas as diretrizes da Lei n. 8.666/93 e da legislação correlata ao pregão, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório, o que o torna legítimo e apto a produzir os efeitos legais necessários à formalização da contratação.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

III – CONCLUSÃO

11. Pelo exposto, e por tudo o que dos autos consta, esta Assessoria Jurídica opina pela **homologação do certame**, nos exatos contornos do Termo de Adjudicação ([1015529](#)), com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei n. 10.520/02, nos moldes já especificados.

12. Em função dos fatos e fundamentos expostos neste parecer, opina, ainda:

I - pela regularidade da recusa da proposta da licitante **GOLDEN CONSTRUCOES, CONSERVACAO E LIMPEZA URBANA LTDA** - CNPJ: 10.565.121/0001-34, de acordo com o item 5.1.2 do edital do certame;

II - Considerando a conduta da licitante **APTUS TERCEIRIZAÇÕES EIRELI** - CNPJ 05.332.859/0001-11, de acordo com os fatos registrados na ata do certame ([1013900](#)) - na qual inclusive há registro expresso dessa possibilidade (11/05/2023 14:52:50, p. 9 da ata) - com fundamento nos itens 5.1.2 c/c 15.9 do Edital do Pregão Eletrônico n. 11/2023 e inciso III do artigo 19 do Decreto Federal n. 10.024/2019, **opina-se pela abertura de processo administrativo para apuração da conduta tipificadas no art. 7º da Lei n. 10.520/2002 - não manter a proposta** - com vistas à aplicação das penalidades previstas nessa Lei e no edital do certame, salvo acolhimento de justificativas para o ato. O procedimento deverá observar as regras dos artigos 53 e segs da Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2018;

III - Que a recusa da proposta da licitante **MC COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E SERVIÇO DE LIMPEZA LTDA** - CNPJ 04.236.031/0001-05, embora não tenha produzido significativo prejuízo ao Erário, não foi capaz de afastar o prejuízo aos demais competidores da licitação, haja vista que, **em tese, ao menos 7 empresas teriam a oportunidade de ofertar nova proposta de preço inferior**. Nesses termos, a conduta da licitante, de acordo com os documentos que instruem o processo e os fatos registrados na ata do certame ([1013900](#)), na qual, inclusive, há registro expresso dessa possibilidade (16/05/2023 15:24:04, p. 12 da ata), não se enquadra na situação de atipicidade reconhecida pelo TCU, que se dá por erro justificável e que não tenha gerado prejuízo às demais competidoras ou ao Erário.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Assim, com fundamento nos itens 4.5, "b" d "c" c/c 15.9 do Edital do Pregão Eletrônico n. 11/2023 e inciso III do artigo 19 do Decreto Federal n. 10.024/2019, **opina-se pela abertura de processo administrativo para apuração da conduta tipificadas no art. 7º da Lei n. 10.520/2002 - apresentar documentação falsa e, ainda, art. 37 da Lei Complementar n. 123/2006** - com vistas à aplicação das penalidades previstas nessas leis e no edital do certame, salvo acolhimento de justificativas para o ato. O procedimento deverá observar as regras dos artigos 53 e segs da Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2018.

IV - Sem entrar no mérito do alegado pela licitante em sua intenção recursal, alerta-se aos Pregoeiros deste Tribunal que, **em casos como tais, observem as orientações que constam do item 13 do Parecer Jurídico n. 238/2022** ([0930214](#)), acolhido pela Despacho DG 1422/2022 ([0933740](#)).

13. Por derradeiro, registre-se que esta Assessoria Jurídica analisou os aspectos formais e jurídicos da situação a ela submetida, já que incompetente legalmente para pronunciar-se acerca de documentos técnicos juntados ao processo associados à aceitação do objeto.

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO**, Assessor Jurídico, em 02/06/2023, às 17:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1016082** e o código CRC **14EB5770**.